

Diversidade e pluralidade no jornalismo: por uma epistemologia do jornalismo das periferias

**Agnes Arruda
Mara Rovida
Simone Cunha**

Resumo:

A tese de que o jornalismo das periferias é um fenômeno comunicacional se reforça com o avançar das pesquisas realizadas na área. Observa-se nessa prática um alinhamento narrativo aos protagonismos periféricos e um olhar mais atento às pluralidades interseccionais. Exemplo desse interesse crescente pode ser encontrado no Programa Diversidade nas Redações, do Laboratório de Jornalismo Ênois, realizado com 10 redações durante um ano. Aproveitando-se dessa experiência, este trabalho se configura como uma pesquisa exploratória sobre o Programa nos primeiros seis meses de sua realização. O objetivo é identificar possíveis mudanças registradas nas práticas jornalísticas a partir do conjunto de conhecimentos do jornalismo das periferias. Como estratégia metodológica foi utilizada a ideia de observação natural.

Palavras-chave: Diversidade nas Redações. Ênois. Jornalismo das Periferias.

Diversity and plurality in journalism: towards an epistemology of journalism in the periphery

Abstract:

The thesis that journalism in the periphery is a communicational phenomenon is reinforced with the development of the research in this field. In this practice, an intersectional narrative sense of peripheral protagonisms can be observed, alongside a closer look to the pluralities. An example of this growing interest can be found in the Diversity Program in the Newsrooms, by Ênois Journalism Laboratory, carried out with 10 newsrooms during a year. Taking advantage of this experience, this work is an exploratory research on the Program in the first six months of its implementation. The objective is to identify possible changes made in journalistic practices from the set of knowledge of journalism in the periphery. As a methodological strategy, we used the concept of natural observation.

Keywords: Diversity in newsrooms. Ênois. Peripheral journalism.

Recebido em: 15.08.22
Aprovado em: 26.12.23

Agnes Arruda

Doutora e Mestra em Comunicação/Universidade Paulista. Graduação em Comunicação Social - Jornalismo/Centro Universitário Teresa D'Ávila. Professora dos cursos de Design Gráfico, Jornalismo e Publicidade e Propaganda da UMC - Universidade de Mogi das Cruzes.

E-mail: agnesarruda@gmail.com

Mara Rovida

Jornalista, professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba.

E-mail: mararovida@gmail.com

Simone Cunha

Fellow profissional do ICFJ pelo Programa Digital Parth for Entrepreneurship and Innovation for Latin America, Mestre em Sociologia com Especialização em Mercado de Trabalho pela Universidade Nova de Lisboa e Bacharel em Jornalismo/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: simone@enoiscon-teudo.com.br

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 20, n. 2, jul./dez. 2023.
ISSNe 1984-6924

Um contexto de pesquisa

"Um formato multifacetado". Esta foi a definição apresentada por Rovida (2020) para o Jornalismo das Periferias da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)¹. Essa mesma constatação é feita por Souza (2019), em sua dissertação de mestrado, em que analisa de forma comparativa dois projetos de educomunicação² em São Paulo (Brasil) e Medellín (Colômbia). O projeto brasileiro estudado por Souza reforça uma leitura feita pela autora em pesquisa anterior em que esse fenômeno comunicacional é nomeado de jornalismo de quebrada, cujas características são:

produções sobre, para e a partir das periferias; democratização da comunicação sobre as quebradas paulistanas; compartilhamento de conteúdo de midialivistas independentes; caráter contra-hegemônico; caráter participativo-cidadão; emancipação de quebradas; disputa de imaginários; incorporação de gírias; preocupação com a informação e formação do leitor; militância pela garantia dos direitos fundamentais; adaptação do conceito de periferia; e especificidade geográficospacial (Souza, 2015, p. 160 apud Souza, 2019, p. 17).

Ainda nesse diálogo com Souza (2019, p. 17), é possível perceber que a (in)definição do jornalismo de quebrada diz respeito às várias frentes de atuação empreendidas por esses coletivos de jornalistas que compreendem ações típicas da comunicação alternativa; da comunicação comunitária; da mídia radical, participativa, cidadã e emancipatória.

Seja qual for o nome, as autoras observam a mesma prática jornalística, compartilhando inclusive alguns sujeitos de pesquisa, presentes em ambos os estudos. Dessa forma, é possível inferir que as nomenclaturas e conceitos anteriormente formulados parecem insuficientes para apreender o fenômeno contemporâneo. Em outros termos, não seria possível encaixar o jornalismo produzido pelos coletivos, que cada vez mais se profissionalizam, em terminologias já conhecidas. Isso porque eles apresentam características que permeiam essas várias definições e continuam escapando por incluir ações e produções não previstas nas formas definidas anteriormente.

O ponto de recorrência entre as várias produções estudadas e acompanhadas por Arruda (2020) é o compromisso com o território. Nesse sentido, essa produção jornalística – em suas diversas possibilidades – parte sempre de uma perspectiva periférica. Isso significa que as questões pautadas por esses grupos terão sempre como ponto de partida a experiência de quem vive nas periferias; mas essa experiência periférica é tomada também em sua diversidade, não sendo compreendida no singular, mas sempre no plural.

A pluralidade enunciada pelas iniciativas de jornalismo das periferias tanto diz respeito à própria diversidade dos territórios, com históricos diversos e conformações geográficas também diferentes, como aos sujeitos que formam esses territórios, conforme Santos (2002). É justamente nesse último ponto da diversidade apreendida pela produção narrativa dos jornalistas das periferias que a presente reflexão se insere, colocando em destaque o que vem sendo realizado pelo Laboratório de Jornalismo Énois. Imbuído de impulsionar a diversidade, a representatividade e a inclusão do jornalismo brasileiro em uma rede de jornalistas locais da América Latina, o Énois surgiu em 2009 como escola de Jornalismo e hoje atua como laboratório experimental de apoio e instrumentalização aos jornalistas e redações.

Algumas das iniciativas de Jornalismo das Periferias investigadas por Rovida (2020) também se relacionam com o Énois, seja em formações ou parcerias, demonstrando a relevância do Énois na promoção da diversidade no jornalismo brasileiro. Nesse sentido, e em pesquisa anterior (Arruda; Rovida, 2021), verificou-se que o protagonismo presente nas narrativas produzidas nesse enquadramento tem um forte aceno para o compromisso com o território, tomado em sua diversidade, pluralidade e contradições. Para alcançar esse desempenho, busca-se uma conformação editorial que vai da escolha de temas e fontes até as fórmulas narrativas.

¹ A RMSP é composta por 39 municípios, incluindo a capital paulista, e, segundo o IBGE, sua população é de quase 22 milhões de pessoas. Nesse espaço urbano, o modelo brasileiro de desenvolvimento das cidades se apresenta de forma expressiva como apontado por Kowarick (1994).

² “[...] campo emergente de práticas sociais, na interface entre a Comunicação e a Educação e que, para além da formação de audiências críticas em relação aos meios de informação, forma cidadãos que têm na comunicação e em sua gestão democrática um paradigma norteador de suas ações, em benefício de toda a comunidade onde estejam inseridos” (Soares, 2017, p. 388).

Neste trabalho, pretende-se dar início a uma sistematização desses saberes, articulando a academia e as pessoas envolvidas nessa prática jornalística. Nesse sentido, o presente artigo se fundamenta pela perspectiva da observação natural, uma das formas de observação participante “quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga” (Gil, 2008, p. 103). A seguir serão apresentadas algumas bases da pesquisa mais ampla, da qual esta comunicação faz parte, e as informações sobre o Programa Diversidade nas Redações, cujo registro resulta da imersão natural de uma das autoras.

Uma experiência em andamento

Como estudo em andamento em fase exploratória, os resultados aqui apresentados remetem ao processo de investigação. A pesquisa mais ampla combina metodologias justamente pela multiplicidade de elementos em estudo, bem como de interesses das autoras, motivadas pela apreensão, tratamento e troca de conhecimento sobre um jornalismo plural e diverso, e pautadas numa visão de ciência que busca se desenvolver a partir de uma ecologia dos saberes (Santos, 2010) em uma perspectiva complexa (Morin, 2005) e decolonial (Ballestrin, 2013). Nesse sentido, os referenciais teóricos são combinados em uma revisão de literatura (Stumpf, 2010) que dá subsídio a um estudo de caso (Duarte, M., 2010), realizado, numa primeira etapa, a partir de entrevistas semiestruturadas (Duarte, J., 2010).

A primeira etapa da pesquisa se deu entre março e junho de 2021 com um levantamento acerca dos protagonismos diversos nas narrativas jornalísticas. Buscava-se compreender o potencial de intervenção da proposta formativa do Énois nas narrativas jornalísticas sob o viés de polifonia e polissemia representados por uma diversidade de protagonistas. Para tanto, foi ouvida a diretora operacional para redações do Énois, Simone Cunha, e os jornalistas João de Mari e Glória Maria, que passaram por formações do Énois. O contato se deu por e-mail, mensagem de WhatsApp e ligações telefônicas, e as entrevistas foram realizadas por meio dos aplicativos Microsoft Teams e Google Meet. Com autorização dos entrevistados, as conversas foram gravadas para facilitar a recuperação de dados e informações.

Ponderou-se que os protagonismos nessas narrativas se dão a partir de práticas alinhadas ao planejamento e à execução das pautas. Os resultados dessas entrevistas foram registrados em capítulo de livro (Arruda; Roviada, 2021). Um destaque desse levantamento foi a constatação de que no cotidiano do trabalho, em especial no *hard news*, sobra pouco espaço para a reflexão sobre a prática jornalística. Há uma tendência para a reprodução dos cânones clássicos da profissão, apesar do compromisso com o território, as diversidades e pluralidades. Essa constatação se alinhou a duas hipóteses de pesquisa: ao reproduzir a pirâmide sociopolítica-econômica vigente³, as redações sofrem interferência direta de padrões sociais/culturais; e em um contexto formativo que privilegia a técnica em detrimento de experimentações reflexivas, o jornalismo declaratório (Oliveira, 2020) se torna a principal prática das redações.

Com base nessas duas hipóteses e numa assumida interação entre mercado e academia, a pesquisa foi direcionada para uma imersão no processo formativo do Programa Diversidade nas Redações. Além da etapa apresentada agora, posteriormente, será realizada uma pesquisa-ação em forma de observação participante (Peruzzo, 2010), junto às redações que concluíram o ciclo do Programa, dessa vez com foco específico no tema gordofobia, interesse de estudo de uma das autoras e cuja abordagem no jornalismo tradicional ainda é insuficiente. Por ora, busca-se compreender a projeção e a execução da formação do Énois, tomando como suporte a ideia de observação natural (Gil, 2008). Tal estratégia metodológica parece adequada para apreender como o tema geral da diversidade e da gordofobia, em particular, estão contemplados no Programa. Para tanto, faz-se necessário discutir, resumidamente, o que se entende por diversidade e gordofobia.

³ São cerca de 60% de homens e 40% de mulheres nas redações (Scardoelli, 2019), bem como os cargos de chefia são em sua maioria ocupados por homens – 78% (Andi; Selva; Nielsen, 2020).

Diversidade e pesquisa gorda

Poucos são os temas institucionalizados quando o assunto é diversidade, em especial no sistema de ensino e formação, contexto no qual também se insere o Ênois. Antes de apresentar exemplos do que se afirma, cabe apontar o que se entende por diversidade no âmbito da Educação. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Brasil, 1996) foi construída a partir do artigo 206 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), segundo o qual, entre os princípios do ensino no País, estão a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; [...] pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas [...]” (Brasil, 1988). Nesse sentido tem-se também o combate a qualquer tipo de discriminação, conforme o artigo 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado [...] colocá-los [crianças, adolescentes e jovens] a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 1988). O tópico ganha reforço no Plano Nacional de Educação - PNE (Brasil, 2014), cuja estratégia 13 da meta 3 é “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (Brasil, 2014). Assim, entende-se que se espera a promoção da compreensão e do respeito entre as diversas formas de pensar, de se manifestar e de viver em sociedade.

Tornaram-se exemplos então dessa institucionalização de pautas a Lei 11.645/08, que altera a LDB e inclui no ensino médio, público e privado o estudo da história e da cultura do povo afro-brasileiro e indígena (Brasil, 2008); ou o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que considera vários níveis de acessibilidade na hora de reconhecer ou renovar reconhecimentos de cursos de nível superior no País (INEP, 2017). Importantes para garantir determinados temas e abordagens nos currículos dos cursos, tais iniciativas, no entanto, não dão conta da dimensão das pautas diversas.

Isso porque muitas das pautas que surgem no debate público não ocupam os espaços de socialização. De acordo com Romano (1998), além da Família, da Igreja, da Escola e do Estado, a Mídia também integra esse rol de instituições socializadoras que, associadas ao *status quo* e aos sistemas político e econômico vigentes, ignoram reivindicações de minorias. Ausentes desses espaços, certas pautas e suas discussões ganham caráter informal e dissidente, restando aos grupos e movimentos sociais seu encaminhamento a partir de ações de ativismo e militância, inclusive midiática. É o que tem se observado em relação ao tema da gordofobia, preconceito contra as pessoas gordas, cuja relação com a mídia se dá de forma peculiarmente imbricada (Arruda; Miklos, 2020).

Ao representar as pessoas gordas de maneira estereotipada e pejorativa, a mídia não só amplifica, como também cria e aprofunda novas camadas de preconceito, resultando cada vez mais em violência e discriminação contra esse grupo. No que diz respeito ao jornalismo, a estigmatização das pessoas gordas ganha ares de verdade absoluta por se revestir da aura da imparcialidade apregoada pelos veículos de comunicação, ignorando que os jornalistas também se formaram como cidadãos pelas instituições socializadoras que mantêm o discurso dominante.

Enquanto a discussão começa a se desenvolver no âmbito acadêmico, nas articulações progressistas e nos movimentos sociais, ela já ganha certo fôlego. Ativistas e militantes antigordofobia fazem uso inclusive de canais de comunicação para expandir suas pautas, aproveitando-se das facilidades e do barateamento do acesso à internet e às ferramentas de captação, edição e distribuição de conteúdo. Arruda e Jimenez-Jimenez (2021) reuniram em canal do YouTube diversas iniciativas em diálogo como forma de organização sistemática dessas ações, um contraponto à mídia hegemônica e ao jornalismo tradicional, que, ao reproduzir o discurso que patologiza os corpos gordos, retratando esses corpos como doentes, incapazes, e eliminando qualquer possível representatividade nas telas⁴, tornam-se porta-vozes da gordofobia.

Ressalta-se que o jornalismo tradicional em sua episteme atua não somente a partir das singularidades de quem o produz, como também de sua estrutura institucional formativa. No Brasil, os cursos superiores da área são regidos por diretrizes curriculares determinadas pelo Ministério da Educação. As mais recentes datam de setembro de 2013 (Brasil, 2013). Arruda e Schmidt (2016) entendem que as atualizações propostas pelo MEC em 2013 são uma resposta à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em junho de 2009, instituiu o fim da obrigatoriedade do diploma para a atuação profissional de jornalista. Influenciou na decisão a alegação de que a exigência iria contra o direito constitucional à liberdade de expressão. No entanto, àquela altura o jornalismo passava por uma série de transformações, muitas delas impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico e a consolidação da internet como parte fundamental, tanto do planejamento e da produção, quanto da distribuição do conteúdo.

Arruda e Schmidt (2016) observaram uma excessiva preocupação com a técnica nas graduações em Jornalismo, o que acabou diminuindo o caráter reflexivo das humanidades. Nas diretrizes de 2013, o curso deixou de ser uma habilitação de Comunicação Social, tornando-se uma formação independente. Além disso, foi instituída a inserção do estágio como componente curricular obrigatório e houve o direcionamento para a inclusão de disciplinas técnicas-operacionais, que perdem rapidamente sua relevância, dada a velocidade das mudanças tecnológicas que interferem diretamente na práxis da profissão. Esse quadro foi agravado com a implementação das portarias 1.428 e 2.2117 (Brasil, 2018; 2019), que permitiram cursos presenciais com primeiro até 20% e depois até 40% de sua carga horária oferecida na modalidade à distância, que geralmente contempla justamente as disciplinas teórico-reflexivas.

Em um contexto sociopolítico, vê-se essas medidas culminando em um descrédito cada vez maior do jornalismo profissional. Conforme o relatório *Edelman Trust Barometer* de 2021, a confiança da população brasileira na imprensa é a menor desde 2012, estando o Brasil na 16ª colocação em um ranking de 28 países (Edelman, 2021). Soma-se a isso os ataques sistemáticos à imprensa promovidos pelo então presidente da República⁵. Esse contexto coloca o Brasil como o 6º país mais perigoso do mundo para jornalistas, ficando atrás de países em conflito, como Síria, Iraque e Paquistão (ENASP; CNMP, 2019).

Apesar da alternância de poder, no início de 2023, para um governo com viés progressista e libertário, a análise feita é a de que as consequências das ações da gestão anterior ainda irão reverberar por muitos e muitos anos, mantendo o tal contexto ainda relevante para que sejam observadas as repercussões e reações do jornalismo nesse processo.

Chega-se a um ponto delicado para o jornalismo brasileiro, no qual sua (r)existência como o conhecemos, em sua potência emancipadora, depende de uma reformulação em sua estratégia de atuação. Observada e posta em prática por quem executa o Jornalismo das Periferias, essa reformulação começa também a se institucionalizar, ainda que em iniciativas independentes, como é o Programa Diversidade nas Redações, promovido pelo Laboratório de Jornalismo Ênois que será detalhado a seguir.

Diversidade nas Redações

O Programa Diversidade nas Redações surgiu como uma proposta formativa voltada a modificar estruturas de redações e de processos de produção e gestão jornalística a partir da inserção de repórteres com perfil diverso do tradicional em redações convencionais. Essa inserção se deu em conjunto com editores mentores dessas redações, que já exerciam cargos de liderança nas mesmas organizações e que poderiam apoiar e fortalecer as discussões e questionamentos que a inclusão da diversidade proporciona. Ao todo foram inseridos 10 repórteres em 10 redações de todo o Brasil, em um processo que será detalhado a seguir.

⁴ Arruda e Miklos (2020) detalham e discorrem acerca dos estereótipos gordofóbicos praticados pela sociedade e pela mídia.

⁵ No Planalto de 2019 a 2022, Jair Bolsonaro dirigiu esses ataques em 17 das 21 de suas lives realizadas em 2021, além de, durante entrevistas, sistematicamente agredir de forma verbal repórteres e outros profissionais da área (Afonso, 2021). De acordo com a Federação Nacional dos Jornalistas, os ataques de Bolsonaro à imprensa legitimam agressões contra jornalistas (Federação Nacional dos Jornalistas, 2020).

A raiz do Programa tem relação com o trabalho de uma década do Laboratório de Jornalismo Ênois, que com sua agência de jornalismo trabalhou de forma integrada com redações como *UOL*, principalmente entre 2016 e 2019, quando foram produzidas reportagens mensais pelos jovens jornalistas do Ênois no projeto TAB. Esse processo evidenciou a necessidade de formação que possibilitasse olhar as realidades geralmente reportadas por outras perspectivas, bem como mudar estruturas e processos de gestão e relacionamento entre os profissionais jornalistas desde a contratação.

Já em 2016, o Ênois desenvolveu o Manual da Diversidade no Jornalismo, um guia feito coletivamente com jornalistas locais e periféricos, em que são propostas práticas para organizações e escolas de jornalismo se tornarem mais representativas. Em 2020, foi lançada a Caixa de Ferramentas de Diversidade, uma plataforma construída com pesquisa e apoio de redações e jornalistas com metodologias para fazer jornalismo a serviço da sociedade, com ferramentas e práticas para incluir a diversidade. Nela, há o Índice de Diversidade para Redações, um caminho prático para incluir a diversidade na estrutura da redação, elaborado a partir de experiência desenvolvida com a *Folha de S.Paulo*.

A experiência pregressa levou à percepção de que as redações precisavam de estímulo, inclusive financeiro, para incluir verdadeiramente a diversidade a ponto de modificar seus processos. Assim, foi criado o Diversidade nas Redações, com patrocínio do Google News Initiative, permitindo o financiamento de 10 repórteres, um por redação, pelo período de um ano, e o comprometimento de um editor em cada uma delas, com acompanhamento mensal por parte do Ênois.

O desenvolvimento de um programa como este, de longo prazo, demanda fôlego, tempo, acúmulo de experiências de construção de diversidade, diálogo e reflexão coletiva, bem como uma busca por financiadores que, por sua vez, têm suas agendas e calendários próprios. No Diversidade, a primeira conversa com o Report For America, programa norte-americano que serviu de inspiração para a iniciativa do Ênois, foi em 2016. Dali seguiram conversas internas, de desenho do projeto, e externas, com financiadores e outros parceiros, até o início definitivo, em junho de 2020.

O processo de seleção dos participantes do Programa teve início pelas redações, pois entendeu-se que seria preciso, posteriormente, encontrar jornalistas com perfil diverso do tradicional nas respectivas cidades dos veículos ou dispostos a se mudar voluntariamente para integrar essas redações pelo período do Programa: 12 meses. 41 redações, de 29 municípios, de 16 estados, de todas as regiões do País se inscreveram. A maioria das inscrições veio de redações pequenas, conforme é possível observar no Quadro 1:

Quadro 1 - Inscrições recebidas

Redação em n° de Colaboradores	Inscrições Recebidas em n°
Até 10	29
De 11 a 30	7
De 30 a 50	1
Mais de 50	4

Fonte: produção própria.

Percebeu-se um engajamento na inscrição das redações por parte de profissionais em cargos de presidência, fundação e direção: 26 das 41. 53% das redações têm homens brancos no maior posto de chefia; 70% têm pessoas negras e periféricas nas equipes e perto de 10% têm transgêneros e pessoas com deficiência. Mais de 50% delas já tinham feito ações práticas de formação e mentoria e discussões, ainda que informais, sobre inclusão e diversidade.

Entre agosto e setembro de 2020 foram selecionados os repórteres, já então com a definição das redações integrantes. Foram 232 inscrições, sendo São Paulo o estado com mais candidatos: quase 25% do total, ainda que o processo não tenha sido focado no eixo São Paulo – Rio de Janeiro. Mulheres pretas ou pardas foram a maioria; poucos candidatos se autodeclararam indígenas e um se declarou cigano. Foram selecionados oito repórteres negras, uma indígena e uma branca transexual. Não houve pessoas com deficiência em nenhuma dessas esferas, resultando numa diversidade formada por raça e gênero.

Paralelamente, formou-se a equipe que iria desenvolver o programa pelo Ênois. Simone Cunha planejou e começou coordenando o Programa e Mel Oyá, ex-estudante da Escola de Jornalismo Ênois e estudante de políticas públicas da Universidade de São Paulo (USP), tornou-se produtora das formações e do desenvolvimento do Programa. Para coordenar o Diversidade foi feita uma seleção e a jornalista Jamile Santana passou a integrar a equipe. Atualmente, também fazem parte do Ênois: Danila Jesus, gerente de formação; Sanara Santos, produtora chefe das formações; e Glória Maria, produtora de formação. Com exceção de Simone Cunha, são todas mulheres negras, sendo uma trans.

O Diversidade nas Redações foi o primeiro programa em que o Ênois expandiu sua atuação nacionalmente – o que foi potencializado pela pandemia, já que inicialmente a ideia era trabalhar presencialmente com redações de São Paulo –, e posteriormente foi acompanhado pelas formações de Jornalismo e Território, que tiveram edições regionais. No entanto, o questionamento sobre a imposição da visão do Sudeste, em certa medida colonizadora, era feito internamente na equipe e se tornou público com o comentário de uma jornalista de Manaus a um post que divulgava a seleção das redações: “quem vai ensinar quem [sobre diversidade]?” Era de fato algo que precisava ser levado em conta, afinal a equipe responsável pelo programa no Ênois é majoritariamente do Sul-Sudeste. Por isso, propôs-se a criação de um conselho do Programa, atualmente com quatro pessoas pretas, sendo três delas mulheres, e um homem branco.

O primeiro integrante foi o vice-presidente de Iniciativas Estratégicas do Report for America, Kevin Grant, como apoio estratégico ao projeto. A partir daí foi feita uma busca por profissionais ligados ao jornalismo e com experiências sociais, regionais e identitárias diversas para apoiar a indicação de facilitadores – participantes das formações que trazem seu conhecimento –, a divulgação e a articulação do Programa. Os membros do conselho foram apresentados ao projeto para que eles pudessem apontar assuntos não contemplados e indicar convidados. A experiência fez tanto sentido que está sendo expandida para o Ênois como um todo.

Fabiana Moraes, primeira convidada, fez a formação de abertura do Programa, sobre cobertura das eleições – era outubro de 2020 – trazendo a perspectiva da editoria de política e um olhar para a formação cultural do Brasil. Ítala Herta, consultora em diversidade, e André Santana, jornalista e professor, ingressaram em dezembro de 2020 e fizeram uma análise detalhada do desenho do Programa. Entre seus questionamentos estava a dificuldade de construir inclusão de forma transversal, sem escolher recortes. Constatou-se que o Programa estava focado, conscientemente ou não, em gênero e raça. Kátia Brasil ingressou em março e trouxe a necessidade de incluir questões indígenas – e não apenas da região amazônica e de populações aldeadas. Tanto os conselheiros como os demais facilitadores são remunerados pelas participações nas formações. Nos três primeiros meses do Programa, contou-se com quatro formadores pretos, um indígena e dois brancos, sendo uma pessoa trans.

Oficialmente, o Programa teve início em outubro de 2020, quando 10 jornalistas começaram a trabalhar em 10 redações, todas online e de fora das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. São elas Agência Saiba Mais (RN); Diário do Nordeste e O Povo (CE); BHAZ (MG); Nonada Jornalismo e Sul21 (RS); Marco Zero Conteúdo (PE); Congresso em Foco (DF); ES Hoje (ES); Plural (PR).

O Programa começou com uma integração: um encontro online, no qual cada participante falou sobre sua trajetória social e as expectativas e combinados para a formação. As atividades realizadas em 2020 foram quase todas com repórteres e editores juntos, conforme detalhado nos quadros 2, 3 e 4 a seguir:

Quadro 2 – Formação: Cobertura de eleições com viés de diversidade

Formação	Facilitador/a(s)	Conteúdo
Cobertura das eleições pelo viés da diversidade	Fabiana Moraes	A cobertura de temas estruturais da sociedade brasileira com viés político, com base em reportagens da jornalista; questionamentos sobre uso de linguagem, estereótipos, lugar de fala.
Raça e classe na cobertura das eleições	Pagu Rodrigues - Socióloga (USP), indígena e então candidata à vereadora	Cenário de eleições hoje, sistema eleitoral e importância de cobrir candidaturas racializadas.
Planejamento da cobertura de eleições com viés diverso	Simone Cunha	Formação de uma agenda pública, a partir do público.
Orçamento público, como pesquisar e como cobrir	Jamile Santana - Coord. do Programa; jornalista de dados	Pesquisa, uso e apuração com viés de diversidade a partir de dados públicos de governos.
Distribuição	Sanara Santos - Jornalista e produtora do Ênois	A chegada da informação nos territórios, aliada a jornalistas e coletivos locais, com metodologia da e para as periferias.

Fonte: produção própria.

Quadro 3 - Equilíbrio e cuidado pessoal

Facilitador/a(s)	Atividade
Lucas Veiga - Mestre em Psicologia Preta	Acolhimento de negritudes.
Guilherme Valadares - Especialista em equilíbrio emocional para jornalistas	Encontro com a branquitude e o racismo cotidiano.

Toda a equipe do Programa	Dinâmica coletiva sobre como me sinto e me cuido, e como cuidar das relações no trabalho.
Guilherme Valadares	Equilíbrio emocional nas redações. Questões estruturais que podem/devem ser encaminhadas nas organizações.

Fonte: produção própria.

Quadro 4 - Interseccionalidade e linguagens; boas práticas; RH e cobertura de vacina

Formação
Boas práticas de diversidade nas redações
Interseccionalidades e Linguagem
Como racializar a cobertura sobre Covid-19?
Abertura de dados e Vacina
Amazônia e Questões indígenas
Objetividade e as práticas das redações de Folha e UOL na construção da diversidade
Gestão de pessoas e desenvolvimento profissional

Fonte: produção própria.

Além das formações, há outros espaços e ações do Programa que se mostram necessários, como as rodadas trimestrais de escuta para aferir resultados e apoiar o dia a dia do trabalho, as escutas emergenciais para mediar desconfortos e dificuldades – foram realizadas mais de 50 até o fim de 2021 –, ações de apoio psicológico, integração e desenvolvimento de liderança empática. Na camada final de produção, isto é, na produção nativa, o Diversidade contabiliza a distribuição nas redes do Ênois de mais de 40 reportagens desenvolvidas pelos repórteres do Programa entre outubro e dezembro de 2020.

Narrativas e encaminhamentos

Para acompanhar mudanças estruturais que tocam todo o processo de produção e gestão, foi desenvolvido um sistema de métricas para avaliação das redações em relação às práticas e metodologias de inclusão de diversidade. Era uma preocupação desde o início que o Programa produzisse efeitos tangíveis. Nesse sentido, o processo seletivo teve um questionário que permitiu ao Ênois fazer uma avaliação de todas as redações no início do Programa e, posteriormente, foi desenvolvido um sistema que mede trimestralmente mudanças na gestão, cultura e produção jornalística voltada à diversidade: a Régua da Diversidade (Ênois, 2021).

No que diz respeito às narrativas, iniciativas como as da reportagem em forma de cordel produzida pelo Congresso em Foco, que explica o projeto de lei do voto impresso (Rodrigues; Souza, 2021), mostram o impacto da presença de identidades e trajetórias pessoais e sociais nas equipes. Outras experiências anotadas são as lives em parceria com cientistas influenciadores realizadas pela equipe do Sul21 para comunicar a importância da vacina (SUL21, 2021) e as narrativas multimídia do jornal O Povo+ sobre famílias e crianças trans (Sousa, 2021).

Os formatos narrativos são foco principalmente das formações em distribuição, em que se desenvolvem conjuntamente planos estratégicos de distribuição e acesso a públicos não alcançados pelos meios convencionais. No entanto, assim como aprendido nas parcerias anteriores ao Programa Diversidade, o Ênois entendeu que a inclusão do viés de diversidade na narrativa jornalística é um passo fundamental, mas que não pode esgotar os esforços de inclusão na redação, a partir dos recortes, das fontes ouvidas, da abordagem e de formatos que se comunicam com e para populações diversas daquelas tradicionalmente contempladas pela imprensa. Por isso, e pelo entendimento de que é mais fácil mudar o produto jornalístico do que a cultura de uma organização, a produção narrativa experimental e diversa é tomada como uma consequência, não um objetivo a ser alcançado por si só, no Programa.

A iniciativa do Ênois demonstra que é possível uma cobertura jornalística que contemple a diversidade e a pluralidade de vozes em suas narrativas. A experimentação, que se voltou às questões de raça e gênero, abre um campo para tratar de outras temáticas que requerem atenção do jornalismo, ainda não contempladas. No que diz respeito à gordofobia, o tema apareceu de forma superficial na formação sobre interseccionalidades e linguagem. Identificou-se que um encontro só para o tema havia sido pensado inicialmente, mas foi necessária uma reformulação do plano de atividades e a temática se diluiu nas formações. A ausência foi percebida, assim como a necessidade de aprofundamento em questões ligadas a regionalismo, identidades e povos originários. Com isso, o que se pretende a seguir com a pesquisa é, junto às redações – que concluíram o Programa – de perfil tradicional, mas com disposição à reformulação de suas práticas, abordar a temática da gordofobia em uma observação participante. Contemplando suas dinâmicas, a fim de compreender como estão estruturadas as bases do tratamento direcionado às pessoas gordas e seus corpos no contexto micro, mas em relação aos dissidentes de maneira geral em uma perspectiva macro, pretende-se gerar recursos para, posteriormente, iniciar uma revisão de processos junto às redações e profissionais jornalistas, de forma a gerar retorno à sociedade a partir da produção científica.

Referências

AFONSO, N. Dia da Imprensa: Bolsonaro atacou veículos e jornalistas em 17 das suas 21 lides em 2021. **Lupa**. 1 jun. 2021. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/06/01/dia-imprensa-bolsonaro-ataque/>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ANDI, S; SELVA, M; NIELSEN, R. Women and Leadership in the News Media 2020: Evidence from Ten Markets. **Reuters Institute**. 8 mar. 2020. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/women-and-leadership-news-media-2020-evidence-ten-markets>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ARRUDA, A; JIMENEZ-JIMENEZ, M. Pesquisa gorda: pandemia e autoetnografia na gordosfera. **Revista Mais que Amélias**. Dossiê Especial sobre Gordofobia. n. 8, p. 50-68, 2021. Disponível em: https://8817bea9-051e-4071-aa02-bb0ea330c83e.filesusr.com/ugd/cafb5_fb2ed02bb3484d9baf521eaa0c60db54.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

ARRUDA, A; MIKLOS, J. O peso e a mídia: Estereótipos da Gordofobia. **Revista Líbero**. Ano XXIII, n. 46, p. 111-126, jul./dez, 2020.

ARRUDA, A; ROVIDA, M. Outros protagonismos jornalísticos: o território e a produção narrativa do Ênois. *In*: SOSTER, D; ROVIDA, M (org.). **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas protagonistas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2021, p. 74-88.

ARRUDA, A; SCHMIDT, C. Reflexões sobre o ensino de folkcomunicação nas escolas de Jornalismo. **Razón y Palabra**. v. 20, n. 4_95. p. 329-336, out./dez. 2016. Disponível em: <https://revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/823/831>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, p. 89-117, mai./ago. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: em 22 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação - Lei Nº 13.005/2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 29 jul. 2021.

DUARTE, J. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DUARTE, M. Estudo de caso. In: DUARTE J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

EDELMAN. **Trust Barometer 2021**. Disponível em: <https://www.edelman.com.br/estudos/edelman-trust-barometer-2021>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ENASP; CNMP. **Violência contra comunicadores no Brasil: um retrato da apuração nos últimos 20 anos**. 2019. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/Violencia-contra-comunicadores-no-Brasil-VERSAO-FINAL-.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ÉNOIS. **Conheça nossa ferramenta para medir a construção da diversidade na sua organização**. 14 abr. 2021. Disponível em: <https://enoisconteudo.com.br/conheca-nossa-ferramenta-para-medir-a-construcao-da-diversidade-na-sua-organizacao/>. Acesso em: 6 ago. 2021.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. 2020. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

INEP. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e a distância: reconhecimento; renovação de reconhecimento**. Brasília, DF, 2017. 54 slides. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em 29 jul. 2021.

KOWARICK, L (org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OLIVEIRA, I. **Jornalismo declaratório**. São Paulo: Casa Flutuante, 2020.

PERUZZO, C. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUES, T; SOUZA, V. Cédulas e balas: a medocracia miliciana. **Congresso em Foco**. 29 jun. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/tipo/especiais/cedulas-e-balas-a-medocracia-miliciana/>. Acesso em: 4 ago. 2021.

ROMANO, V. **La formación de la mentalidad sumisa**. Madri: Endymion, 1998.

ROVIDA, M. **Jornalismo das periferias - O diálogo social solidário nas bordas urbanas**. Curitiba: CRV, 2020.

SANTOS, B. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SCARDOELLI, A. Mulheres ainda são minoria no jornalismo brasileiro. **Comunique-se**. 8 mar. 2019. Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/mulheres-jornalistas-minoria/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SOARES, I. Educomunicação, uma prática social. [Entrevista concedida à] Mara Rovida. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 43, n. 2, p. 387-397, dez. 2017.

SOUSA, A. Crianças e adolescentes trans: histórias de família como qualquer família. **O Povo+**. 28 jan. 2021. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/reportagem/2021/01/28/criancas-e-adolescentes-trans--historias-de-familias-como-qualquer-familia.html>. Acesso em: 29 out. 2023.

SOUZA, J. **Entre Quebradas e Comunas: Educomunicação Popular e Periférica em São Paulo e Medellín**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2019.

STUMPF, I. Pesquisa bibliográfica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SUL21. Live do Sul21: 'Não faz sentido escolher vacina', diz biomédica. **Sul21**. 30 jun. 2021. Disponível em: <https://sul21.com.br/live-do-sul21/2021/06/live-do-sul-21-nao-faz-sentido-escolher-vacina-diz-biomedica/>. Acesso em: 29 out. 2023.